



# *Junta de Freguesia de Vieira de Leiria*

*Presidente da Junta de Freguesia*

## *Estatuto do Direito à Oposição*

Relatório de Avaliação de 2013 (de 18 de Out. a Dez. de 2013)

### *1- Introdução*

O Estatuto do Direito à Oposição foi aprovado pela Lei n.º 24/98 de 26 de maio, no artigo 1º, assegura às minorias o direito de construir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das autarquias locais.

De acordo com a referida Lei, entende-se por “oposição” (art.º 2), a atividade de acompanhamento, fiscalização, e crítica das orientações políticas dos supracitados órgãos. O direito à oposição integra os direitos, poderes e prerrogativas previstos na Constituição e na Lei.

Nos termos do artigo 3º do Estatuto do Direito de Oposição, e no caso das autarquias locais, são titulares do direito de oposição:

- a) Os partidos políticos representados no órgão deliberativo - Assembleia de Freguesia – que não estejam representados no órgão executivo - Junta de Freguesia;
- b) Os partidos políticos representados nas Juntas de Freguesia, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou

outras de formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas;

- c) Os grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico, nos termos das alíneas anteriores.

O presente relatório refere-se ao período do ano 2013.

## *2- Titulares do Direito de Oposição*

Considerando o caso particular da Freguesia de Vieira de Leiria, tendo em consideração que o Partido Socialista é o único partido político representado na Junta de Freguesia, com pelouros e poderes delegados, ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, são então titulares de direito de oposição nos termos do artigo 3º da Lei nº24/98 de 26 de maio;

- a) Coligação Democrática Unitária, representado na Assembleia de Freguesia com três eleitos;
- b) Partido Social Democrático, representado na Assembleia de Freguesia com três eleitos;
- c) Movimento pela Marinha, representado na Assembleia de Freguesia com um eleito.

## *3- Cumprimento do Estatuto da Oposição*

### **3.1 DIREITO À INFORMAÇÃO**

Os titulares do direito de oposição com assento na Assembleia de Freguesia foram regularmente informados pelo Presidente da Junta de Freguesia sobre andamento dos principais assuntos de interesse para a Freguesia, nas sessões da Assembleia de Freguesia e sempre que solicitaram esclarecimentos, estes foram-lhe prestados.

Foram ainda prestadas as informações previstas na Lei n.169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n. 5 A/2002, de 11 de janeiro, designadamente:

- Informação escrita e detalhada do presidente da Junta de Freguesia, acerca da atividade da Junta de Freguesia, e de outros assuntos de interesse público, remetida a todos os membros da Assembleia de Freguesia, antes de cada sessão daquele órgão;
- Apresentação por parte do Presidente da Junta de Freguesia de outros assuntos de interesse público nas sessões de Assembleia de Freguesia;

- Resposta em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos da Freguesia;
- Resposta aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia de Freguesia;
- Publicação das deliberações dos órgãos autárquicos destinadas a ter eficácia externa, através de edital e divulgação na página da internet da autarquia;
- Envio à Assembleia de Freguesia de informação diversa relativa a planos, projetos, relatórios, pareceres, memorandos e/ou documentos de natureza semelhante;
- Os representantes da oposição foram ouvidos nas questões mais relevantes para a atividade autárquica, nomeadamente nas sessões da Assembleia de Freguesia, em reunião para elaboração do orçamento para o ano 2014 e sempre que possível, os seus contributos e sugestões foram incorporados.

A Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, em nome do princípio da transparência, mantém atualizados os mecanismos de informação permanente sobre a gestão autárquica, onde se inclui a página da internet, facilitando o acompanhamento, fiscalização e crítica, da atividade dos órgãos autárquicos.

### **3.2 DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA**

De acordo com o disposto no nº 3 do artigo 5 do Estatuto do Direito de Oposição foram facultados aos representantes dos partidos políticos e grupos de cidadãos na Assembleia de Freguesia, antes da aprovação final, propostas dos planos e orçamentos, tendo os documentos sido facultados, resultando a sua aprovação nos prazos legais.

Foi disponibilizado o pessoal administrativo, para apoiar qualquer pedido dos eleitos na Assembleia de Freguesia.

### **3.3 DIREITO DE PARTICIPAÇÃO**

Durante o ano de 2013, foi assegurado aos titulares do direito de oposição o direito de se pronunciarem e intervirem pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos.

Assegurou-se aos eleitos o direito de apresentação de propostas de deliberação, que foram decididas de imediato ou agendadas posteriormente.

Foram dirigidos os respetivos convites aos membros eleitos da Assembleia de Freguesia, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ ou participar em atos e eventos oficiais.

### **3.4 DIREITO DE DEPOR**

No período em questão, os eleitos locais referidos como titulares do direito de oposição não intervieram em qualquer comissão para efeitos da aplicação do direito consagrado no artigo 8 do Estatuto do Direito de Oposição.

## **4 CONCLUSÃO**

Tendo por base as linhas de atuação atrás expostas, entende-se que foram asseguradas, pela Junta de Freguesia de Vieira de Leiria as condições adequadas ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição durante o período de Outubro a Dezembro de 2013, considerando-se como relevante o papel desempenhado pelo órgão executivo como garante dos direitos dos eleitos locais da oposição.

Vieira de Leiria, 28 de Março de 2014

O Presidente da Junta  
*Joaquim Vidal Tomé*